

AJUSTE FISCAL

Pacote foi uma grande decepção, diz Piva

Presidente da Fiesp afirma que aumento de impostos sobre produção é alternativa pobre

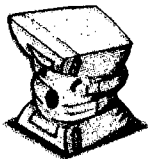
ISABEL DIAS DE AGUIAR

A solução tributária encontrada pela equipe econômica do governo para o ajuste fiscal foi considerada "desastrosa" pela diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que manifestou intenção de fazer oposição à sua aprovação pelo Congresso. "Foi uma grande decepção", afirmou o presidente da entidade, Horácio Lafer Piva, para quem o aumento dos impostos que incidem "em cascata" sobre a produção é uma alternativa pobre, despojada de criatividade.

Piva criticou o que chamou de "obsessão monetarista" do governo. "Em nenhum momento, a equipe econômica demonstrou preocupação com o efeito das medidas sobre a produção. A Fiesp, segundo seu presidente, reivindica a imediata redução das taxas de juros, uma vez que os atuais níveis dos custos do dinheiro já demonstraram total incapacidade de impedir a saída dos capitais do País. "O governo deve procurar reter os recursos por meio da credibilidade, que só será conquistada com o apoio da sociedade." A entidade quer também a redução dos impostos que incidem sobre as operações financeiras, para reduzir o custo do crédito para o setor produtivo.

A diretora do Departamento de Pesquisa e de Economia (Depecon) da Fiesp, Clarice Seibel, disse que a proposta representa um retrocesso em relação a qualquer projeto de reforma tributária. "A elevação das alíquotas da CPMF e da Cofins deverá gravar os produtos de tal forma que não poderão competir com os estrangeiros." A disposição do governo de proporcionar a compensação do recolhimento da Cofins pelas empresas no momento da declaração do Imposto de Renda da Pessoas Jurídica (IRPJ) pode ser inócua, segundo a diretora da

Fiesp. "Será preciso ter lucro para alcançar o benefício, o que é uma hipótese que se tornou remota com essas medidas." Clarice calcula que o aumento da carga tributária proposto pelo governo será de 2,5% do PIB. Caso as empresas consigam compensar os recolhimentos da Cofins no IRPJ, então a carga tributária cairá para 1,6%. "A conclusão é que o governo pretende tributar o prejuízo, e não o lucro." Ao contrário do que ocorreu com a área tributária, os empresários elogiaram o tratamento dado para a questão previdenciária. Segundo Piva, essa foi a primeira



vez que a equipe econômica tornou transparente o déficit da Previdência, apresentando os números e buscando soluções eficientes para essa questão. "Esse talvez tenha sido o ponto que obteve maior credibilidade por parte da opinião pública." O diretor do Departamento Jurídico da Fiesp, Luiz Rodovil Rossi, afirmou que o pacote de ajuste fiscal contém vícios, dos quais o governo parece não conseguir se livrar. Um deles, é a proposta de incorporar aos cofres da União todos os depósitos judiciais e extrajudiciais. "A medida é inconstitucional e já foi apresenta-

da antes, sem sucesso." No Rio, o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, Marcus Vinícius Pratini de Moraes, disse, que o setor quer que as exportações fiquem imunes de tributos. Ele informou que os exportadores se reunirão com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente para apresentar a proposta.

Pratini destacou que os empresários não apóiam o aumento de imposto, mas admite que, por falta de opções, o setor privado terá de conviver com a alta da carga tributária. Em relação à proposta de imunidade de tributos para as exportações, disse que com a forte carga tributária sobre as exportações ficará impossível melhorar a balança comercial e aumentar as exportações.

■ Colaborou Suzana Santos, do Rio